

JAN. 26



NOTA INFORMATIVA

TECNOLOGIA, MEDIA E TELECOMUNICAÇÕES

Agenda Nacional de Inteligência Artificial 2026-2030

Conselho de Ministros aprova Agenda Nacional da IA e respetivo Plano de Ação (PAANIA)

A [Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2026¹](#) aprova a **Agenda Nacional de Inteligência Artificial (ANIA)** e o respetivo **Plano de Ação 2026-2030 (PAANIA)**, bem como o seu modelo de governação, posicionando a IA como alavancas para a produtividade, inovação e modernização do Estado até 2030.

A ANIA deriva da **Estratégia Digital Nacional (EDN)²** e foi construída através de amplo processo de auscultação pública, envolvendo peritos, academia, empresas (grandes, PME e startups) e toda a Administração Pública, incluindo a Rede de Interlocutores para a Transição Digital e o Comité de Acompanhamento Especializado³.

O Conselho de Ministros destaca que a adoção acelerada de IA poderá acrescentar entre **€18 mil milhões e €22 mil milhões ao PIB**, elevando até 2,7 p.p. o contributo da produtividade para o crescimento num cenário de rápida automação e adoção de IA generativa.

A adoção acelerada de IA poderá acrescentar entre €18 mil milhões e €22 mil milhões ao PIB.

Visão, princípios e pilares estratégicos

A ANIA pretende transformar a inovação em valor público tangível — salários mais elevados, serviços públicos mais eficientes e maior qualidade de vida — com foco num uso de IA ético, seguro e responsável e alinhado com os padrões europeus.

A estratégia assenta em seis princípios orientadores: inovação responsável, foco em apostas estratégicas, o Estado como catalisador, transformação organizacional centrada em pessoas e processos, IA orientada ao produto e avaliação contínua baseada em evidência.

Pedro Lomba
Inês Dias Pinheiro
Equipa de
Tecnologia, Media
e Telecomunicações

1 Publicada no Diário da República n.º 5/2026, Série I, de 8 de janeiro

2 Aprovada pela RCM n.º 207/2024

3 Nos termos da RCM n.º 201/2024

Define-se como objetivo aumentar a capacidade nacional de computação entre 10-15x até 2030.

A Agenda assenta em quatro pilares estratégicos:

- Infraestrutura e Dados;
- Inovação e Adoção;
- Talento e Competências;
- Responsabilidade e Ética.

Esta Agenda é operacionalizada através de **32 iniciativas** integradas no ecossistema nacional e europeu, articulando universidades, centros de I&D, empresas e Administração Pública e optimizando o acesso a financiamento europeu.

Medidas-chave aprovadas e modelo de governação

A Resolução aprova: (i) a ANIA; (ii) o PAANIA 2026-2030; (iii) a possibilidade de **atualização do PAANIA** pelo membro do Governo responsável pela Reforma do Estado (em articulação com o membro do Governo responsável pela área das Finanças); (iv) a **condicionalidade orçamental** e a prioridade a fundos europeus para execução e (v) o **acompanhamento e monitorização** das medidas pelo **Conselho para o Digital na Administração Pública**⁴.

Infraestrutura e dados: computação estratégica e política nacional de dados

O Conselho de Ministros define como objetivo **aumentar a capacidade nacional de computação** entre 10-15x até 2030 (de ~60 MW em 2025 para 700-1000 MW).

Para o efeito, será necessário aumentar a capacidade de computação para investigação em setores críticos, alavancando consórcios e financiamentos internacionais como a EuroHPC, considerando os custos altos de treino de modelos, em particular para apoiar a ambição de Produtor, enquanto, em paralelo, é criada a infraestrutura para potenciar a computação necessária para adoção nacional de IA como Implantador.

Serão garantidos acessos específicos e simplificados para startups portuguesas e PME, assim como para os serviços do Estado, alinhado com níveis de soberania apropriados. Igualmente crítico será a articulação com países exportadores da tecnologia que compõe a infraestrutura e a criação de uma política nacional de dados para o país, incluindo espaços de dados nacionais para setores estratégicos.



⁴ RCM n.º 94/2024

As iniciativas do PAANIA neste eixo incluem:

- Reforço da supercomputação nacional em articulação com a rede EuroHPC;
- Estabelecer uma **Gigafactory** em Portugal;
- **Criação de espaços de dados setoriais**, com governação clara e interoperabilidade entre setor público e privado;
- Finalização do Plano Nacional de Centros de Dados.

Inovação e adoção: PME, AP e transferência de conhecimento

O objetivo está em exponenciar a adoção de IA em Portugal com foco nas PME e tendo a Administração Pública como catalisadora.

Pretende-se promover a continuidade e a colaboração do ecossistema de investigação científica, com reforço da investigação fundamental e criação de centros de IA setoriais para acelerar a adoção e a transferência de conhecimento entre universidades, empresas (incluindo startups), e Administração Pública.

Pretende-se acelerar a adoção e a transferência de conhecimento entre universidades, empresas, e Administração Pública.

As iniciativas do PAANIA neste eixo incluem:

- Apoios a projetos de investigação fundamental, particularmente de interesse estratégico nacional;
- Reforço da colaboração com redes internacionais e atração de novos centros de investigação internacionais;
- Incentivos à investigação de IA nas empresas;
- Expansão dos Doutoramentos não académicos e projetos de investigação aplicada em IA;
- Financiamento de Centros de IA setoriais multidisciplinares para setores estratégicos (universidades, empresas – incluindo startups – e AP);
- Plataforma nacional “Oportunidades em IA” – plataforma nacional que liga talento em IA a empresas nacionais e administração pública com necessidades de talento nesta área;
- Continuação do projeto AMALIA;
- Revisão do Regime de Propriedade Intelectual (PI) e patentes de IA;
- IA nas PME – Uso dos mecanismos existentes, como o Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade (IFIC), para apoiar o investimento em IA;
- Plataforma Nacional de Produtos IA para PME – desenvolvimento de uma plataforma nacional que disponibiliza produtos e soluções de IA low code/no-code, adaptados às necessidades das PME.

A visão de um país que utiliza a IA como motor de valorização profissional, com carreiras qualificadas, salários competitivos e capacidade de atrair, reter e desenvolver talento.

Na Administração Pública prevê-se a criação **Centro de Excelência em IA dentro da ARTE** para desenvolver soluções transversais, o lançamento de desafios e concursos anuais para identificar soluções inovadoras de IA e o desenvolvimento de um guia prático e oficial de interpretação do Código dos Contratos Públicos orientado para a contratação de soluções de IA pela AP.

Talento e competências: formação acelerada e atração de perfis críticos

O eixo Talento e Competências da ANIA assenta na visão de um país que utiliza a IA como motor de valorização profissional, com carreiras mais qualificadas, salários mais competitivos e capacidade real de atrair, reter e desenvolver talento, garantindo que a transformação tecnológica se traduz em progresso económico e oportunidades para todos.

As iniciativas do PAANIA neste eixo incluem:

- **Plano acelerado de formação** em IA para equipas e líderes da AP;
- **Criação do Criação do Quadro Nacional de Competências Inteligentes (QNCI)** para mapear competências existentes e emergentes;
- Reconhecimento e expansão de **microcredenciais** e CTESP orientados para IA;
- **Expansão da iniciativa goPortugal** para programas de ignição de spin-offs deeptech;
- Criação do **AI Fast Track** (regime acelerado de vistos);
- Iniciativas de sensibilização: **Semana Nacional de IA**, campanha “**Geração IA**” e **ações de literacia** para uso responsável.

Responsabilidade e ética: conformidade, sandboxes e qualidade

O objetivo do Conselho de Ministros passa por criar um ambiente de maior confiança em IA, para os cidadãos e para as empresas e promover investimento nas áreas de responsabilidade. Sem medidas de capacitação, apoio regulatório e investimento em responsabilidade de IA, Portugal corre o risco de ver a adoção de IA bloqueada pela incerteza, pelo custo e pela falta de confiança, comprometendo a inovação e a competitividade das empresas.



As iniciativas do PAANIA neste eixo incluem:

- **Incentivos à investigação em IA Responsável;**
- **Programa de aceleração** de startups focadas em ética, segurança, transparência e privacidade;
- **Continuidade do Center for Responsible AI;**
- **Implementação nacional do Regulamento de IA** (definição das autoridades competentes, coordenação e quadro sancionatório);
- Definição de **sandboxes regulatórias**;
- **Guia de implementação** com standards e ferramentas de avaliação de risco;
- **Reforço da cooperação internacional e diplomacia tecnológica.**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2026 entra em vigor no dia seguinte à publicação. ■